

Golpe de Estado no Brasil

Entrevista

**PROF. DR. EDUARDO
FAGNANI**

Artigo

**A Luta Feminista Contra o
Golpe Patriarcal**
NALU FARIA

É mais:

Resumos de trabalhos
Acadêmicos. Recomendação de
livros e filme. Indicação de
Eventos.



POLITIZANDO Editorial

Nesta edição o Politizando atém-se à atual conjuntura brasileira, caracterizada por uma insidiosa crise política e institucional. Crise esta produzida por um golpe contra o Estado de Direito, por motivos que só o arcaísmo autoritário da plutocracia brasileira é capaz de engendrar. Descontente por estar a doze anos fora do comando do poder executivo, e prevendo a extensão dessa situação por, pelo menos, mais oito anos, tal fração dominante da vida nacional pôs-se em campo para solapar essa legítima tendência, mesmo tendo sido a sua maior beneficiária. Aos seus componentes não mais basta continuar lucrando economicamente, mas, além disso, assumir o poder político para aprofundar, sem delongas, a agenda liberal conservadora da qual são fieis escudeiros. Com esse propósito, tem valido tudo para destruir a democracia e usurpar o mandato presidencial conquistado, em 2014, pelo voto da maioria dos eleitores. Desde o apelo falacioso ao instituto do impeachment, até às reiteradas campanhas difamatórias contra honra da governante, passando por sistemáticas perseguições judiciais aos líderes de seu partido, foram praticados, trazendo à tona o que de pior habita no subterrâneo da política: o fascismo, por exemplo, com toda sorte de violência que o compõe, como o racismo, o machismo, a homofobia e o ódio aos pobres, o que desnuda no Brasil a guerra de classes, já vicejante nos países capitalistas centrais. Estas são questões tratadas com propriedade e clareza pelos autores do artigo e da entrevista deste Boletim, aos quais hipotecamos nosso incondicional apoio e agradecimento.



TOME NOTA!

6 DE JULHO / 2016

Marcha em Defesa da Saúde, da Seguridade Social e da Democracia.

Local: Catedral de Brasília

Horário: 10h às 16h

Informações:

<https://www.facebook.com/FrenteemdefesadoSUAS/?fref=nf>

6 A 8 DE JULHO / 2016

Seminário Serviço Social, Relações Fronteiriças e Fluxos Migratórios Internacionais

Local: Belém/PA

Informações:

<http://www.seminariofronteiras.com.br>

18 A 24 DE JULHO / 2016

XXXVIII ENESS Candango

Local: Universidade de Brasília (UnB)

Informações:

<https://enessooficial.wordpress.com>

EXPEDIENTE:

Editora-chefe: Camila Potyara Pereira **Comissão Editorial:** Maria Auxiliadora César, Potyara A. P. Pereira, Marcos César Alves Siqueira, Carlos Lima e Vitória Góis de Araújo **Revisão:** Marcos César Alves Siqueira **Criação e Diagramação:** Camila Potyara Pereira **Imagem da capa:** <http://averdadecoms.blogspot.com.br/2011/03/conselhatarifario-marionete-de.html> **POLITIZANDO** (ISSN 1984-6223) é uma publicação quadrimestral do NEPPOS/CEAM/UnB. Todos os direitos reservados.



Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPOS/CEAM/UnB)

Universidade de Brasília - Campus Universitário Darcy Ribeiro - Pavilhão Multiuso I, Gleba A, Bloco A, Asa Norte. CEP: 70910-900. Brasília/ DF. Tel: +55 (61) 3107-5876.

Website: www.neppos.unb.br **E-mail:** neppos.ceam.unb@gmail.com **Facebook:** <https://www.facebook.com/NEPPOS.CEAM.UNB>



ESPAÇO DO ALUNO

GRADUAÇÃO

Autora:

Suenny Moreira Mousinho

Orientadora:

Profª. Me. Liliam dos Reis S. Santos

Data de Defesa:

Março / 2016

Instituição:

Departamento de Serviço Social (SER) / Instituto de Ciências Humanas (IH) / Universidade de Brasília (UnB)

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: UMA ANÁLISE DOS POSICIONAMENTOS ANTAGÔNICOS DE MOVIMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL, A PARTIR DA CONCEPÇÃO DE ESTADO, SOCIEDADE E DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Com o objetivo de subsidiar o debate acerca da redução da maioridade penal no Brasil, este trabalho contempla percepções divergentes de setores da sociedade civil sobre a concepção de Estado, sociedade e direitos da criança e do adolescente. Tendo como pano de fundo o contexto histórico atual da relação entre Estado e sociedade, o processo de construção dos direitos do segmento social em tela e o referido debate, obteve-se, por meio de entrevistas junto a movimentos sociais favoráveis e contrários à mencionada redução, o seguinte resultado: há de fato polarização da sociedade sobre esta questão. Os primeiros defendem o Estado penal, revelando visão punitiva e forte aderência ao neoconservadorismo, enquanto os segundos, de filiação progressista, defendem o Estado social, garantidor de políticas públicas propiciadoras de igualdades de oportunidades.

MESTRADO

Autora:

Olga Myrlla Tarabanã Silva

Orientador:

Prof. Dr. Reinaldo Nobre Pontes

Data de Defesa:

Maio / 2015

Instituição:

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGPS) / Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas / Universidade Federal do Pará (UFPA)

SALÁRIO X TRANSFERÊNCIA DE RENDA: TENSÕES NO PROCESSO DE REPRODUÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) EM BELÉM

Analisa-se, nesta Dissertação, as concepções da categoria trabalho na realidade dos usuários do Programa Bolsa Família (PBF), com o intuito de desvendar a participação dessa categoria na reprodução social desses sujeitos. Dando destaque às definições de renda do trabalho e renda do PBF, procurou-se responder às críticas correntes de que o PBF gera ociosidade. Os principais achados da pesquisa, que se pautou pela perspectiva histórico-dialética, revelaram que: os beneficiários do PBF têm o trabalho como uma constante em suas histórias de vida, desde a infância; vislumbram o trabalho formal como necessidade pelas garantias sociais que proporciona; consideram que o PBF é uma complementação de renda por ser insuficiente para o sustento próprio e de sua família; contam com outros tipos de renda e “ajudas” para manter a subsistência. Porém, reconhecem que fazem parte de parcela excluída de uma sociedade fundada no trabalho assalariado.

DOCTORADO

Autora:

Silvana Martins de Araújo

Orientadora:

Profª. Drª. Ângela Vieira Neves

Data de Defesa:

Junho / 2016

Instituição:

Programa de Pós-graduação em Política Social / Departamento de Serviço Social (SER) / Instituto de Ciências Humanas (IH) / Universidade de Brasília (UnB)

CONTROLE DEMOCRÁTICO DA POLÍTICA ESPORTIVA BRASILEIRA: ESTUDO SOBRE O CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

Esta tese procurou verificar se o Conselho Nacional do Esporte (CNE), no período 2003-2014, constituiu de fato um locus de decisão política, com efetivo controle democrático, e se as suas deliberações contribuíram para o fortalecimento da Política Nacional do Esporte, na perspectiva dos direitos sociais no Brasil. Situada no contexto do debate sobre democracia participativa, prevista constitucionalmente, cuja principal via é a participação social em espaços institucionalizados de controle dos cidadãos sobre os poderes públicos, a tese privilegia a relação contraditória entre Estado e sociedade civil, mediada pelo mercado. Nesta relação, foi possível detectar, com base em referencial teórico-metodológico de extração histórico-dialética, que o CNE não é um conduto de democracia direta. Na sua composição predominam representantes do Estado, que avalizam interesses mercantis ao priorizarem o esporte na dimensão de alto rendimento, em detrimento de seu compromisso com a política social.

A LUTA FEMINISTA CONTRA O GOLPE PATRIARCAL

POR NALU FARIA*



No Brasil sofremos um golpe. Um golpe no processo democrático que tem como objetivo inviabilizar um projeto político voltado para a garantia de direitos da maioria do povo brasileiro, fruto de um longo processo de organização de movimentos sociais e partidos de esquerda.

No percurso do golpe testemunhamos inúmeras arbitrariedades. A fragilidade da nossa democracia ficou exposta na partidização do judiciário, que agiu com um grau de seletividade espantoso. Vimos o oligopólio da comunicação avançar ainda mais no seu papel de organização da mobilização da direita, do julgamento e condenação sumários. Vimos crescer a intolerância. A elite querendo voltar décadas atrás e se manifestando para que os pobres, os negros e as mulheres “voltassem para o seu lugar”.

Sentimos na pele o crescimento da intolerância, dos ataques machistas e misóginos à presidenta Dilma. Uma verdadeira avalanche de agressões e ataques à presença das mulheres nos espaços de poder. O machismo está explícito na defesa da família heteronormativa, nos discursos e projetos de lei que negam a autonomia das mulheres sobre seu corpo, na permanente apologia à violência contra as mulheres, sejam elas deputadas, senadoras, presidenta ou cada uma de nós.

Esse é um golpe contra a classe trabalhadora em sua diversidade e organizado a partir de práticas patriarcais. Ele avança ao mesmo tempo sobre o conjunto de sujeitos políticos que vinham se afirmando na sociedade brasileira e de seus direitos. As primeiras medidas do governo usurpador de Michel Temer apontam para os retrocessos em todos os avanços que houve nos últimos 14 anos em relação às mulheres, negros e negras, população rural, juventude e trabalhadoras/es em geral.

Resistência e luta

Ao passo que o golpe foi se estruturando, a resistência também foi se articulando em uma diversidade

de processos que passam pela construção de duas Frentes e por uma explosão de criatividade. São muitas resistências que se expressam na luta contra o golpe, em todo o país, nas capitais e interiores. São movimentos sociais, mulheres, jovens, estudantes, ativistas das periferias, artistas, intelectuais, juristas, setores críticos e até de oposição ao governo Dilma que estão mobilizados em defesa do processo democrático.

Mas é certo que as mobilizações também apontam contradições, como a ausência de parcela significativa da classe trabalhadora. Isso não se deu apenas por limites nas ações de disputa ideológica. Tem a ver também com os erros das políticas do governo no início do segundo mandato, que se orientou mais uma vez pela visão de conciliação de classes e implementou parte das políticas do programa derrotado nas eleições de 2014. Por isso, na plataforma da resistência estava, desde o início, a demanda para que o governo retomasse o programa com o qual foi eleito, rompendo com as políticas de ajuste que promoveram o desemprego, a diminuição da renda, o aumento da inflação, entre outros efeitos prejudiciais para as condições de vida.

Em que pesem esses limites, a luta contra o golpe foi heroica e mostrou a força da mobilização e a capacidade de unificação das organizações e movimentos sociais. A força e a energia das resistências mostraram os acúmulos políticos e organizativos das várias décadas de luta que vieram desde a resistência à ditadura. Mostrou também a emergência de novos sujeitos e a expressão de um alto patamar de consciência crítica de amplos setores da sociedade, em particular da juventude.

Feminismo em luta

Em toda a América Latina e Caribe, o Brasil tem um dos mais fortes e enraizados movimento de mulheres. A primeira pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, “Mulheres nos espaços públicos e

privados”, em 2001, já revelou um alto grau de consciência das mulheres e um posicionamento otimista frente à vida. A segunda pesquisa, realizada em 2010, em parceria com o SESC, foi além e mostrou um número expressivo de identificação das mulheres com o feminismo.

Ao considerar esses dados, inferimos que a pesquisa de 2010 já expressava efeitos dos processos de mudanças ocorridos a partir de 2003. Podemos afirmar que as mulheres mudaram e têm hoje outro patamar de consciência. A eleição da primeira presidenta mulher, com as características de Dilma, por ser uma mulher de luta, que resistiu à tortura, e que construiu sua trajetória no bojo de um projeto de esquerda, com certeza contribuiu para essas mudanças.

Esse processo de governo democrático e popular ocorreu em um contexto de crescimento e ampliação do feminismo, que faz com que atualmente uma maior parte da juventude se reconheça como feminista. Isso provoca reflexões em suas mães (e mesmo pais). Ou seja, o processo de ampliação de políticas governamentais, de maior presença das mulheres no executivo nacional se deu de forma articulada ao reforço e crescimento da organização social e militante das mulheres no feminismo.

O que temos visto é que cotidianamente o machismo e o patriarcado são questionados no Brasil e, por isso, temos também uma reação tão violenta e retrógrada dos setores mais reacionários da sociedade.

No campo do feminismo em que está a Marcha Mundial das Mulheres, sempre fizemos o debate das políticas públicas e da participação das mulheres nos espaços de poder considerando as dimensões de classe, raça e gênero. Damos ênfase às visões e propostas feministas que pensam o modelo de sociedade como um todo.

Um governo contra as mulheres

O golpe impôs um governo ilegítimo e usurpador do poder legítimo conferido pelo voto popular à presidenta Dilma Rousseff. Não há nada que nos faça ter uma posição mediada frente a este governo golpista, pois compreendemos que não há como um governo de direita e anti-democrático ter posições progressistas em algum tema. A posição que deve-

mos ter é de oposição global e denúncia de suas ações. Nesse sentido, esperar que ele tivesse mulheres nos ministérios não faz nenhum sentido em função de como foi a articulação desse golpe utilizando de práticas retrógradas. O patriarcado golpista de Temer não está revestido nem da modernidade da globalização.

É por isso que ele nem vê necessidade de ter mulheres fazendo parte do exercício do poder, pois não se importa nem mesmo em criar ilusões de que as mulheres estão fazendo parte de seu projeto político de poder. Não há dúvida de que a matéria da revista *Veja*, valorizando o ideal de mulher “Bela, recatada e do lar” foi feita em acordo com ele, assim como o retorno do primeiro damismo e da visão de que as mulheres podem estar no segundo escalo, cuidando da área social. Uma visão atrasada e conservadora de política sociais como “dádiva” e não como direito.

A ausência de mulheres nos ministérios e o desmonte das políticas para as mulheres evidenciam o caráter do governo: é patriarcal, autoritário e violento, afrontando inclusive consensos da sociedade brasileira.

Com nossa mobilização, estamos denunciando como mulheres o conservadorismo e a violência que se ampliam neste momento de ruptura democrática. Estamos em luta para resistir aos retrocessos, para manter os direitos conquistados; mas com certeza a forma de desenvolver as políticas públicas não está mantida.

Nosso caminho está traçado: seguiremos lutando contra o golpe, exigindo “Fora Temer”, denunciando sua ilegitimidade e fazendo oposição a suas políticas reacionárias. Com esse governo não há diálogo, nem negociação. Derrotar o governo golpista passará por reconquistar a democracia. Essa reconquista se dará em um processo de radicalização da plataforma democrática e a exigência não apenas de eleições gerais, mas também de uma ampla reforma do sistema político.

* **Nalu Faria** é psicóloga, com especialização em Psicodrama Pedagógico (Getep) e em Psicologia Institucional (Sedes Sapientaes). Militante da Marcha Mundial das Mulheres.



Opinião: Prof. Dr. Eduardo Fagnani



EDUARDO FAGNANI possui graduação em Economia pela Universidade de São Paulo (1976), Mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (1985) e Doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (2005). Atualmente é professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP), pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT/IE-UNICAMP) e coordenador da rede Plataforma Política Social - Agenda para o Desenvolvimento (www.plataformapoliticasocial.com)

POLITIZANDO: Como define e explica o momento contemporâneo da vida brasileira em que a sociabilidade democrática, prevista na Constituição Federal vigente, vem sendo internamente desmontada sob a vista complacente das instituições criadas para garanti-la?

Eduardo Fagnani: O momento atual revela que a democracia e a cidadania social parecem ser corpos estranhos ao capitalismo brasileiro. Em mais de 500 anos de história, tivemos pouco mais de 50 anos de democracia e 28 anos de cidadania plena (1988/2016). Somente neste breve interregno os brasileiros tiveram simultaneamente direitos políticos, civis e sociais. Há menos de um século éramos uma sociedade de analfabetos agrários recém-saídos, formalmente, do regime escravocrata. A reconquista da democracia foi, talvez, o fato mais importante do século passado. E como tal, deveria ser preservada. Mas o

capitalismo brasileiro não tolera sequer avanços formais modestos em direção a uma sociedade com padrões mínimos de civilidade.

POLITIZANDO: Que atores sociais estão por trás desse desmonte e que armas e operações estão sendo usadas?

Eduardo Fagnani: Os governos do Partido dos Trabalhadores cometeram erros e acertos. Dentre os acertos, destacam-se a recusa ao comércio unilateral com os EUA (ALCA), com o objetivo de eliminar as barreiras alfandegárias entre os 34 países americanos, formando assim uma área de livre comércio. Optou pelo Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) assim como pela cooperação com os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Isso é inadmissível, porque contraria os interesses geopolíticos americanos. Outro acerto foi o sistema de partilha da exploração do petróleo em águas profundas, no qual a Petrobras detém 30% das reservas. Isso é inadmissível, pois contrariam os interesses das grandes petroleiras globais. Em 2013, o governo brasileiro enfrentou os bancos nacionais e internacionais, ao reduzir as taxas básicas de juros da economia para 7,5%. Isso é inadmissível, pois ainda somos o único país do mundo que oferece almoço grátis aos rentistas planetários. Outro acerto foi a geração de mais de 22 milhões de empregos formais e a valorização do salário mínimo (75% acima da inflação). Isso é inadmissível, pois amplia os custos trabalhistas e reduz a margem de lucros dos empresários. Enfim, mesmo em se tratando de um governo que levou ao limite a tradicional política de conciliação entre classes sociais – o programa Bolsa Família para os pobres veio acompanhado pela bolsa para banqueiros (taxas de juros obscenas em relação aos parâmetros internacionais) e para os empresários (25% das receitas federais são transferidas na forma de isenção fiscal) –, os acertos dos governos petistas eram insuportáveis. As eleições de 2014 mostraram-se cruciais, pois poderiam perpetuar no po-

der um governo “não confiável” por mais 12 anos (Dilma e a volta do fantasma Lula em 2018). Para isso, a grande imprensa passou a ter papel estratégico, num cenário em que o governo abriu mão de travar a disputa por política no campo da comunicação e, sequer, defender suas ações. A campanha difamatória visando as eleições presidenciais iniciou-se após as marchas populares de junho de 2013 (todos os problemas nacionais foram federalizados) e prosseguiu no ano seguinte com o “terrorismo econômico” (que criou o mito do “país quebrado”, por conta do “intervencionismo estatal”). A vitória da situação atrapalhou os planos das elites nacionais e internacionais. Repetindo 1950, a senha passou a ser “se tomar posse, não governa”. Nesse cenário, no final de 2014, Dilma Rousseff comete o maior de seus erros: colocou no Ministério da Fazenda, Joaquim Levi, um dos porta-vozes do “terrorismo econômico” e colaborador do candidato derrotado nas urnas. O atual funcionário do FMI fez o serviço. Colocou um país que não estava em crise (na comparação internacional) numa grave recessão, funcional para acabar com o legado social petista, rebaixar os custos trabalhistas, impor mudanças radicais na estrutura de gastos sociais e alimentar a crise política reacendendo as manobras golpistas e antidemocráticas.

POLITIZANDO: Qual o objetivo do chamado processo de impeachment em curso da presidenta da República eleita em 2014? Esse objetivo é apenas político ou contempla interesses econômicos estratégicos?

Eduardo Fagnani: O golpe contra a democracia representa uma oportunidade histórica para que os detentores da riqueza financeira aprofundem radicalmente a agenda liberal conservadora, de modo a que seja plenamente implantada em curto espaço de tempo. Oportunidade histórica porque esse projeto foi rejeitado e derrotado pelo voto popular nas últimas quatro eleições. A usurpação do poder democrático é meio pelo qual os detentores da riqueza buscam realizar cabalmente esse proje-

to. Estamos vivendo o final de um ciclo inaugurado em 1988, no qual, aos tranços e barrancos, por força da pressão da sociedade civil organizada, abriram-se brechas para que o difícil processo civilizatório avançasse moderadamente no Brasil. Cultivado nas últimas quatro décadas, o propósito de implantar o projeto liberal-conservador tem agora chance de ser consumado em prazo exíguo. A reforma do Estado objetiva “privatizar o que for possível”. A soberania nacional será abalada pelo realinhamento com os EUA, bem como com o fim da exclusividade da Petrobras e do regime de partilha na exploração de petróleo em águas profundas. A gestão macroeconômica será ainda mais ortodoxa, destacando-se o fato de que diversos dispositivos para turbinar o “tripé macroeconômico” estão tramitando no Congresso Nacional (autonomia jurídica do Banco Central e a criação de uma Autoridade Fiscal Independente, por exemplo). O reforço do Tripé é absolutamente incompatível com o crescimento da economia e, portanto, com políticas sociais de caráter universal.

POLITIZANDO: Quais os impactos desse processo nas políticas sociais brasileiras pós- Constituição de 1988? Em que medida essas políticas constituem instrumentos de desenvolvimento, que atualmente estão ameaçados pela agenda neoliberal?

Eduardo Fagnani: A recessão econômica é funcional para destruir a cidadania social conquistada em 1988. O agravamento da situação fiscal leva este governo a optar pelo radical corte de gastos sociais, viabilizado pela radical supressão de direitos. Abre-se uma nova oportunidade para que esses setores concluam, em poucos anos, o serviço que vêm tentando fazer desde a Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988). Os ideólogos liberais tiveram êxito nos esforços para induzir um “consenso” pelo qual estabilizar a dinâmica da dívida pública requer alterar o “contrato social da redemocratização”. Argumentam que os gastos “obrigatórios” (previdência social, assistência social, saúde, educação, seguro-desemprego, dentre outros) têm crescido num ritmo que compromete as metas fiscais. As restrições ao gasto social deverão ser aprofundadas com a ampliação da Desvinculação das Recei-

tas da União (DRU), de 20% para 30%. Mais grave é a PEC 241/16, recém-enviada para o Congresso Nacional, que congela gastos públicos por 20 anos. Chamada de “Novo Regime Fiscal”, a PEC limita as despesas primárias da União aos gastos do ano anterior corrigidos pela inflação. Estudos realizados por especialistas apontam que em dez anos haverá redução de gastos superiores a 40% em áreas como saúde, educação e previdência. O “Novo Regime Fiscal” é um golpe na cidadania social conquistada em 1988. Seu cumprimento inviabilizará a vinculação de recursos (educação e saúde) e o atrelamento do piso dos benefícios ao salário mínimo (Previdência e Assistência Social). Na renegociação das dívidas com os governos estaduais, Temer e Meireles impuseram o teto de gastos para este ente federativo.

A pauta liberal conservadora também impõe retrocessos na Previdência Social. A recente extinção do Ministério da Previdência e Assistência Social cujas atribuições foram transferidas para o Ministério da Fazenda demonstra claramente que os detentores da riqueza financeira farão o que for possível para viabilizar a recaptura de parte dos 8% do PIB gastos em benefícios previdenciários. No caso dos direitos sindicais e trabalhistas, os retrocessos anunciados nos programas Temer e por diversos dispositivos que tramitam no Congresso Nacional representam uma ponte para o século 19 (fim da regra de valorização do salário mínimo; prevalência do “negociado sobre o legislado”; e terceirização sem limite permitindo a precarização das relações de trabalho, por exemplo).

Tramitam no Congresso Nacional medidas para revogar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), suprimir direitos recentemente conquistados pelas mulheres e movimentos que defendem a diversidade sexual, eliminar exigência do licenciamento ambiental para obras, transferir a competência para demarcar territórios indígenas e áreas quilombolas, do Poder Executivo para o Congresso Nacional e modificar a legislação que define o que é trabalho escravo, reduzindo o rigor da lei e a possibilidade de punirem-se os infratores.

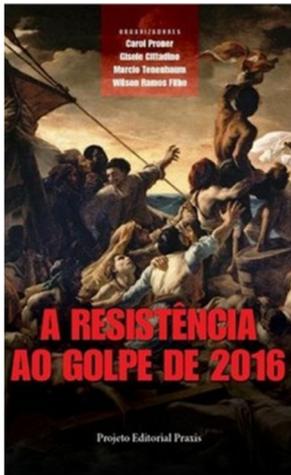
POLITIZANDO: Face à atual tendência de ajuste fiscal, que desafios futuros o

Brasil terá de enfrentar em matéria de cidadania social?

Eduardo Fagnani: Apesar dos avanços sociais recentes, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo. Essa marca tem raízes históricas ditadas pela industrialização tardia, pela curta e descontinuada experiência democrática e, especialmente, pelo longo passado escravocrata, cujo legado foi uma massa de analfabetos sem cidadania. Em pleno século XXI, o país ainda não foi capaz sequer de enfrentar desigualdades históricas herdadas de mais de três séculos de escravidão. Para dar um único exemplo, em média, dez adolescentes são assassinados por dia. Morrem proporcionalmente sete negros para cada branco. No Maranhão, proporcionalmente, morrem treze negros para cada branco. Nessas condições, o primeiro objetivo estratégico de um projeto civilizatório deveria ser enfrentar essas profundas desigualdades históricas. Em segundo lugar, aprofundar a cidadania social assegurada pela Constituição de 1988. Em terceiro lugar, enfrentar as brutais desigualdades da renda, o que exige medidas voltadas para a revisão da estrutura tributária, a melhor distribuição da propriedade urbana e rural e a correção das desigualdades no mercado de trabalho. Em quarto lugar, universalizar a cidadania social, pelo enfrentamento do déficit na oferta de serviços sociais públicos, que combina desigualdades no acesso entre classes sociais e entre regiões do país. Isso requer reforço do papel do Estado, gestão macroeconômica que convirja para esse objetivo e, sobretudo, o aperfeiçoamento da nossa recente democracia. Assim como em 1964, o golpe, como cavalo de troia para a radicalização do projeto liberal-conservador, representa um novo impeachment do processo civilizatório nacional. Como disse no início, democracia e cidadania social são corpos estranhos ao capitalismo brasileiro. Nossas elites retrógradas preferem um país de desertados. Para isso, adotam práticas dos anos de 1950 e 1960. Continuam sendo predatórias e incapazes de viver com o antagonismo que, tão somente, arranha o status quo secularmente detido. Mas, erram ao pressupor que a sociedade brasileira no século XXI é a mesma de meados do século passado.



POLITIZANDO RECOMENDA

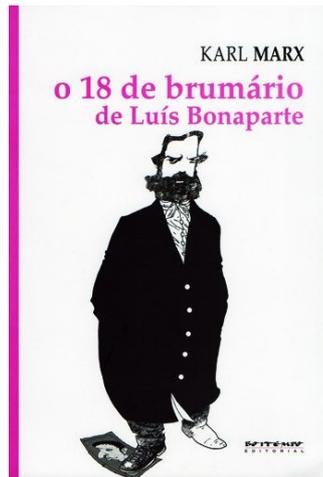


Nesta obra professores, jornalistas, filósofos, economistas, cientistas políticos e líderes de movimentos sociais analisam as origens e saídas da conjuntura que induziu ao afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República em cento e três artigos. Os autores apresentam os bastidores do processo de *impeachment* da presidenta

e desmascaram o golpe parlamentar planejado por Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados denunciado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e cujo mandato está em processo de cassação. Uma das principais finalidades do golpe é proteger os envolvidos na Operação Lava a Jato. O conteúdo do livro se insere no contexto do movimento “Fora Temer”, no sentido de reverter o processo de forma pedagógica, tornando-se uma arma de luta política poderosa, representando todos os que buscam a democracia.

Referência: PRONER, Carol; CITTADINO, Gisele; TENENBAUM, Marcio; FILHO, Wilson Ramos. **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016.

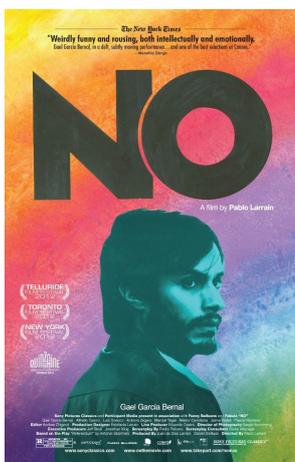
Por Juliana Rodrigues Lopes e Silva
Estudante do 9º semestre de Serviço Social da UnB



A leitura desta célebre obra de Karl Marx nunca esteve tão atual. Neste livro, o autor registra e analisa – no próprio momento acalorado dos acontecimentos, entre dezembro de 1851 e fevereiro de 1852 – o golpe de Estado proferido por Luís Bonaparte, sobrinho e herdeiro de Napoleão e considerado figura ridiculamente grotesca que só a concepção do domínio burguês é capaz de originar; isso após a Revolução de 1848 derrubar a monarquia e criar a Segunda República. Esta edição conta com o prólogo de Herbert Marcuse que nos atenta para a atualidade da obra. Talvez, Marx não tenha previsto que a farsa é ainda mais terrível do que a tragédia à qual ela segue (vide as conhecidas figuras políticas nazistas e fascistas). Portanto, a análise da ditadura plebiscitária que manejou as massas camponesas e ergueu Luís Bonaparte ao poder, é uma leitura imprescindível para aqueles que, segundo Marcuse, não desaprenderam a ver, ouvir e pensar.

Referência: MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Boitempo: São Paulo, 2011.

Por Lucas Alves Bezerra
Estudante do 4º semestre de Serviço Social da UnB



Este filme retrata um momento peculiar da história do Chile: em 1988, após agressiva pressão internacional, o governo chileno aceita realizar um plebiscito para avaliar a permanência ou não do ditador Augusto Pinochet no poder. Neste contexto histórico real, o filme conta a história fictícia de René Saavedra (Gael García), um publicitário que lidera a campanha a favor do “não” e divide a esquerda e a população em geral, já que distorce a luta, despolitizando-a: a cobrança pelos crimes cometidos pelo ditador cede lugar à uma campanha publicitária com tom mais “otimista” que acaba conquistando os indecisos. O filme foi indicado ao Oscar em meio à polêmica: contestava-se o poder midiático como capaz de destituir a ditadura sangrenta que vitimou tantos filhos do povo, lançando mão apenas de elementos técnicos, desqualificando assim as ações populares e a resistência das forças de esquerda que disputavam espaço e voz. A quem servem as intervenções midiáticas e que poder representam é a pergunta que nós devemos fazer assistindo ao filme.

Referências: LARRAÍN, Pablo. **No**. Cor/117min. Chile/EUA, 2012.

Por Maria Lúcia de Araújo Silva
Estudante do 9º semestre de Serviço Social da UnB